

O NACIONALISMO CATALÃO E A CRÍTICA À DICOTOMIA EXISTENTE ENTRE POLÍTICA E CULTURA

JANETE ABRÃO*

Este estudo parte da análise da construção discursiva, histórica e ideológica do *catalanismo* ou *nacionalismo catalão* para fundamentar a crítica ao paradigma existente baseado na dicotomia entre nações e nacionalismos étnico-culturais e o cívico-políticos.¹

Escolasticamente se costuma definir o conceito de nação através de uma série de elementos objetivos e subjetivos.² A partir deles, se convencionou construir uma tipologia baseada na dicotomia entre os conceitos de nação e de nacionalismo: o conceito francês e o conceito alemão.³ Ou seja, segundo este paradigma o mundo de nações em que vivemos se divide, de forma antagônica, entre nações cívico-políticas e nações étnico-culturais. Igualmente, se apreciam diferenças em seus respectivos nacionalismos.

Gérard Bouchard afirma que a dicotomia entre nações e nacionalismos étnico-culturais⁴ e cívico-políticos: “[...] ha recibido muchas formulaciones durante los dos últimos siglos” (2003:127). Segundo Dominique Schnapper:

* Professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e do Curso de Pós-Graduação em História (PPGH) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em História Contemporânea pela Universidad de Barcelona.

¹ O *Catalanismo* é um termo genérico para *nacionalismo catalán*, que há sido definido como um intuito de canalizar as aspirações políticas, econômicas e culturais da Cataluña.

² As definições de nação se estendem desde as que se centram em fatores “objetivos” como a língua, a religião, os costumes, o território e as instituições, até aquelas que simplesmente enfatizam os fatores “subjetivos”, tais como as atitudes, as percepções e os sentimentos.

³ O *conceito francês* de nação e de nacionalismo político é normalmente associado ao conceito de *nação eletiva*, de Ernest Renan [1882]. Por sua vez, o *conceito alemão* de nação e de nacionalismo cultural está relacionado aos postulados de Johann Gottfried Herder e de Johann Gotlieb Fichte.

⁴ A versão étnico-cultural se costuma denominar também “organicista” (“primordialista”), “historicista” ou “concepção germânica” da nação e do nacionalismo. A versão cívico-política é conhecida pelos termos “jacobina”, “individualista”, “voluntarista”, “liberal” ou “concepção francesa”. Há também autores que fazem a diferenciação entre “comunidade de consentimento” e “comunidade de cultura”.

“En efecto, y si bien en diferentes términos, los autores han terminado siempre por oponer la idea de la nación ‘política’ y ‘cívica’, surgida en Europa occidental, a la llamada concepción ‘étnica’ fruto de la tradición alemana y, más en general, de Europa oriental, basada en la creencia en una ascendencia, una cultura y una lengua comunes” (2001:151).

Contudo, conforme argumenta Schnapper,

“Las ciencias humanas más recientes – al igual que los análisis precedentes – parecen obviar el debate registrado en Europa generación tras generación, desde comienzos del siglo XIX, sobre la doble concepción de la nación. [...]. No se puede dejar de lado esta reflexión, en la medida en que las representaciones forman parte integrante de la realidad social, ni dejar de comprender por qué la nación moderna ha sido planteada en estos términos” (2001:151)

De fato, teóricos como Hans Kohn, Eric Hobsbawn e Liah Greenfeld, entre outros, reformularam ou adotaram uma tipologia das nações e dos nacionalismos, com o intuito de explicar os contrastes existentes, baseada na oposição entre dois tipos ideais. Segundo Max Weber se constrói um *tipo ideal*,

“[...] mediante la acentuación unilateral de uno o varios puntos de vista y mediante la reunión de gran cantidad de fenómenos individuales, difusos y discretos, que pueden darse en mayor o menor número o bien faltar por completo, y que se suman a los puntos de vista unilateralmente acentuados a fin de formar un cuadro homogéneo de ideas. Resulta imposible encontrar empíricamente en la realidad este cuadro de ideas en su pureza conceptual, ya que es una utopía. Para la investigación histórica se plantea la tarea de determinar en cada caso particular la proximidad o lejanía entre la realidad y la imagen ideal” (1974: 61).

Em consequência, o fundamental é analisar o sentido que possa ter tal dicotomia baseada em tipos ideais. Assegura Schnapper que “[...] la oposición entre ambas ideas que organiza, de manera más o menos refinada, la historia intelectual de la nación, es a la vez histórica e ideológica” (2003:151). Seguindo a mesma linha argumentativa, Anthony Smith afirma que a dicotomia é de âmbito ideológico “e describe tipos normativos”(2004:58). Em outras palavras, a oposição binária se fundamenta em aspectos que merecem uma investigação ampla de seu significado.

A partir destas considerações teóricas preliminares, busca-se responder uma questão epistemológica e proporcionar uma reflexão e um avanço teórico com relação ao tema do nacionalismo, especialmente no que se refere ao nacionalismo catalão.

Desde o século XVIII, pode-se afirmar que a Catalunha, com a perda de algumas instituições políticas e com a repressão à língua catalã, luta por sua autonomia tanto lingüística-cultural como política. A escolha do nacionalismo catalão, como objeto de estudo, se justifica, portanto, pela evidencia de que se trata de um nacionalismo que busca conservar a identidade linguístico-cultural, e que, de igual forma, deseja alcançar uma maior autonomia política para Catalunha. Isto é, um nacionalismo que implica tanto questões políticas como lingüístico-culturais, a partir do qual se evidencia uma longa permanência histórica como movimento, além de constatar-se um alto grau de institucionalização política e cultural.

Não obstante, é de fundamental ressaltar que o nacionalismo catalão não é homogêneo, nem linear em suas manifestações. Os diversos matizes e concepções políticas, ideológicas, econômicas, sociais e culturais desvelam sua pluralidade interna. Como resultado pode-se constatar os diferentes projetos de nação e de estado, a polissemia léxica e a contraposição terminológica existente entre suas diversas correntes de pensamento, fases e transições que colocam de manifesto sua historicidade, isto é, sua própria época, mas que não deixa de significar também uma relação dialética entre rupturas e permanências, entre o passado e o presente, a tradição e a modernidade, entre o dilema que as exigências da realidade política concreta impõe e o ideal proposto, entre as realidades da Catalunha e as alternativas de encaixe no Estado espanhol e no cenário internacional.

Com relação à análise léxico-semântica se pode afirmar que, no século XIX, paralelo ao uso do conceito de *provincialismo*, são utilizados os termos *catalanismo* (primeira metade do século) e *regionalismo* (1855). Do regionalismo (progressista e católico-conservador) evolui, não sem matizes, para a terminologia expressamente nacionalista na última década do século XIX, fase que debate, em definitiva, tanto o problema da autonomia cultural como da autonomia política (CASASSAS; TERMES, 1995: 60-62).

No que se refere aos aspectos metodológicos, este estudo se fundamenta não só no método das evidências baseadas na análise das fontes primárias e secundárias, senão

também no método qualitativo do estudo de caso (*case study*), como ferramenta de investigação. O método do estudo de caso busca contribuir, a partir da análise de um caso particular, na construção e desenvolvimento de novas perspectivas teóricas acerca deste fenômeno de difícil generalização analítico-teórica.

O que motivou que a investigação tivera esta delimitação foi evidenciar que não resultava demasiadamente claro – a partir da análise baseada na tipologia dicotômica dos conceitos de nação e de nacionalismo – como classificar e interpretar a “construção” discursiva do nacionalismo catalão.

Em definitiva, a questão fundamental que se levanta é: são incompatíveis os conceitos de nacionalismo lingüístico-cultural e nacionalismo cívico-político no discurso nacionalista catalão? Partindo da crítica à interpretação dicotômica, se pretende argumentar que esta oposição é refutável neste estudo de caso, e que a nação e o nacionalismo apresentam como fundamento tanto a cultura como a política, pois não podem ser considerados separados e independentes. As formas culturais e políticas no discurso nacionalista podem alternar-se, acentuando mais um elemento que outro, dependendo do contexto e da estratégia nacionalista, mas não há incompatibilidade entre elas; não são refratárias como componentes da cultura pública, pois o nacionalismo é concebido como um intento de síntese entre elementos objetivos e subjetivos que conformam discursivamente a nação catalã. No entanto, Daniele Conversi (2004) utiliza o termo “nuclear” para descrever a relação entre a língua e o nacionalismo catalão. Isto é, a língua, um fator considerado essencialmente objetivo, seria o núcleo do discurso catalanista. Contudo, se considera que a língua catalã é reafirmada continuamente, devido a questões históricas, demográficas e políticas, e gira em torno do reconhecimento de sua cultura, de sua identidade diferenciada e da fundamental coesão social-nacional para o êxito da proposta nacionalista.

A língua é, indiscutivelmente, um dos elementos definidores da identidade “nacional” catalã. Mas se deveria considerar a ordem relativa entre o fato político e o fato lingüístico. Segundo declara Pierre Vilar:

“Es sin duda porque hablaban catalán que los catalanes han conservado una conciencia de grupo. Pero ha sido sobre todo cuando han sentido con mayor fuerza esta conciencia de grupo cuando se han negado a olvidar el catalán. ¡Cómo se ve, la lengua es característica nacional objetiva de valor muy subjetivo!”(1999:13).

Em efeito, neste estudo se considera que o discurso nacionalista sobre a nação catalã não se constitui de critérios unicamente objetivos ou puramente subjetivos. Como já havia assinalado Max Weber: “[...] los criterios puramente objetivos de nación, tales como la lengua, religión, territorio y demás elementos, son siempre incapaces de incluir a ciertas naciones. A la inversa, las definiciones ‘subjetivas’ incluyen un número excesivo de casos” (WEBER apud SMITH, 2004:26). Segundo afirma Anthony Smith, o nacionalismo catalão – assim como o nacionalismo francês –

“[...] no es una variante del nacionalismo cívico, sino del ‘cultural’ o ‘lingüístico’, un tipo que cabe distinguir de la base genealógica del nacionalismo étnico y del referente territorial del nacionalismo cívico, o sea, un nacionalismo que sólo demanda de los extranjeros la plena integración en la lengua y en la cultura de acogida para conseguir la aceptación social” (2000:39).

Limita-se o nacionalismo catalão a ser de tipo lingüístico-cultural? Não contém o nacionalismo de Jordi Pujol elementos do nacionalismo cívico, igualmente importantes, que configuram os critérios de pertencimento a nação? Faz-se referência a afirmação do político catalanista, segundo a qual, são catalães todos os que vivem e trabalham na Catalunha, e que tem vontade de ser catalães (1979:265). Neste sentido, se acredita que o nacionalismo catalão segue um fundamento axiológico essencial para a lógica da nação cívica: “[...] la nación está abierta a todos los que participan en los valores comunes” (SCHNAPPER, 2001:160).

Autores como Joan-Lluís Marfany (1996), Michael Keating (1997) e Kenneth McRoberts (2002) coincide em conceder um caráter mais cívico que étnico ao nacionalismo catalão. Segundo afirma McRoberts: “Además de sus éxitos históricos como nación sin estado, Cataluña puede afirmar otra especificidad relativa, esto es, su nacionalismo es ‘cívico’” (2002:400). Entretanto, se defende a tese de que o nacionalismo catalão a política não é antagônica à cultura, pois ambos elementos se reforçam na “construção” e na “reconstrução” discursiva da nação. Analisando a trajetória histórica (não linear) e ideológica do discurso nacionalista catalão, em sua versão conservadora, se constata uma base de caráter cultural e uma visão essencialista da Catalunha que tem suas origens no regionalismo e no romantismo conservador do

século XIX. Também se pode evidenciar que o discurso sobre a nação catalã nunca se há afastado do compromisso de “construir” ou “reconstruir” a nação cívico-política, baseada em um projeto comum, resultado da vontade, o que se evidencia tanto no nacionalismo conservador como no progressista e de esquerdas. Conforme a interpretação de Josep Colomer:

“La persistencia de una visión esencialista de Cataluña ha actuado a menudo como señal de identidad de grupo, con base en una selección parcial de elementos de una realidad histórica y social. Pero la idea política de nación catalana ha actuado también, en determinados procesos históricos, como un instrumento ideológico del proyecto de construcción de una nueva unidad civil de la población del territorio catalán, sobre la base de su pluralidad natural y lingüístico-cultural; al mismo tiempo, ha constituido un importante punto de soporte para diseñar un nuevo modelo de Estado español que, por el hecho de basarse en un sistema de autonomías políticas de base territorial y por la estructura fuertemente descentralizada de sus competencias administrativas, habría de permitir un mejor control democrático de las formas estatales de poder y dominación; y finalmente, ha estado en la base de algunas propuestas de elaboración de una nueva idea de nación española, plural y abierta, diferente de la visión mística del españolismo castellanista y asimilista tradicional” (1984:12-13).

O nacionalismo catalão, ao longo de seus últimos cem anos, articulou no nível discursivo tanto o aspecto lingüístico-cultural como o cívico-político em sua definição da nação. Isto é, em grande parte de sua trajetória histórica o discurso catalanista acentuou os elementos culturais e lingüísticos constitutivos de sua identidade “nacional”, mas, igualmente, ressaltou a vontade política como fator substancial da nação e da construção de um novo modelo de estado democrático. Por tanto, assim como um *centauro*, - que o imaginário formou a partir de duas criaturas que se complementam -, a nação política e a cultural catalã não pode ser compreendida por separado. Pode-se afirmar, por exemplo, que o nacionalismo catalão fazendo literatura, fazia política. Fazendo política, nunca se descuidou de sua língua e de sua cultura, fatores de continuidade, entre outros aspectos, da nação. Neste sentido, e a partir do que foi exposto anteriormente, pode-se afirmar que o núcleo central do discurso nacionalista catalão está composto pela “intersecção” (complementaridade) entre língua, cultura e política.

Cabe perguntar sobre a origem da dicotomia entre nacionalismos cívico-políticos e étnico-culturais. Em 1944, no contexto da Segunda Guerra Mundial e do nazismo, o

historiador Hans Kohn propôs, em sua obra *The Idea of Nationalism: A study in its origins and background*, uma tipologia – influente até hoje – baseada na dicotomia entre os nacionalismos do “este” e do “leste” da Europa. Kohn estabelecendo a diferença entre as formas “benignas” de nacionalismo, que se davam na Europa ocidental, e as variedades mais “virulentas”, que ocorriam no leste europeu, argumentava que “para los alemanes la libertad se fundaba en la historia y el particularismo y no, como en Francia, en la razón y la igualdad” (SMITH, 2000:25).

A CRÍTICA À DICOTOMIA

Na crítica a oposição binária há que considerar algumas argumentações que parecem plausíveis. Em primeiro lugar, conceber a dicotomia como a oposição entre dois contrários, isto é, entre o político e o cultural no que se refere à nação e ao nacionalismo, é levar a realidade ao simplismo, evadindo seu caráter dialético.

A oposição binária é utilizada analiticamente para tornar inteligível uma realidade mais complexa; se propõe, por exemplo, explicar os diferentes processos originários da nação e serve também como guia para legisladores nos assuntos relacionados às políticas de cidadania. Não obstante, não é muito operativa, já que a realidade social e cultural é eminentemente mais complexa que os modelos resultantes de tal dicotomia. Segundo afirma Schnapper, “[...] las oposiciones binarias son un procedimiento analítico, pero su utilidad no garantiza que la realidad se divida de tal modo” (2001:151). De acordó com esta afirmação, Blas Guerrero assinala que,

“[...]convendría tener bien presente el carácter ideal de una tipología que, como en el caso de la distinción entre naciones ‘políticas’ y ‘culturales’, no puede impedir la presencia de tipos reales de nación y nacionalismos en los que se presentan interconexiónados los rasgos fundamentales atribuidos a los modelos ideales”(1999:507).

Neste sentido, o que se descreve como nação e nacionalismo cultural ou como nação e nacionalismo político são tipos ideais, isto é, são “[...] abstracciones que sirven esencialmente para dar cuenta de los fenómenos y que no describen ninguno en particular” (KEATING, 1997:22). Se reafirma, portanto, o que Rogers Brubaker (1996) já havia constatado: a improbabilidade de aplicar-se integralmente um modelo ou outro a realidade das nações e dos nacionalismos.

Convém insistir que não há nacionalismo cultural “puro” e que “la cultura de una nación reclama su expresión pública y hace surgir un simbolismo político” (SMITH, 2004:51) Portanto, a nação cultural deve-se fazer nação política, pois uma autonomia cultural que não vá acompanhada de um poder político que a represente está condenada ao fracasso. O caso da Catalunha é um exemplo relevante neste sentido. Igualmente, parece pouco provável a existência de nações meramente políticas, isto é, sem um substrato cultural e consensual prévio (SMITH,2004:188). Conforme assegura Bereciartu,

“La contraposición entre comunidad de cultura y comunidad de consentimiento sólo se entiende desde una perspectiva reduccionista del concepto de cultura. No existe comunidad si no se da un elemento de adhesión activa y voluntaria de tal comunidad. [...], sin comunidad de consentimiento no hay comunidad de cultura. De igual modo resulta difícil aceptar una comunidad de consentimiento sin una previa comunidad de cultura” (1986:179)

O conceito estrito de voluntarismo político tampouco basta para explicar a força e a persistência de uma nação. Aqui radica também o argumento, segundo o qual,

“Una nación no se forma porque se quiere convivir conjuntamente, sino porque ya se vive conjuntamente, en una situación objetiva determinada. Preexisten unos factores que ligan a ese cierto número de individuos o de grupos, y precisamente esos lazos son los que inducen a querer seguir viviendo juntos, a querer construir una colectividad solidaria y común” (KEATING, 1997:22).

Da mesma forma, resultará importante observar que as oposições binárias deixam um espaço intermedio (que faz, às vezes, de limite entre os pólos) que se pode caracterizar como ambíguo. Entre a *civilização* e a *barbárie*, por exemplo, há uma categoria ambígua, que é simultaneamente uma e outra, e não é nem uma e nem outra (O’SULLIVAN, 1997: 247-248). Neste sentido, à nação e ao nacionalismo, muitas vezes, é atribuído o caráter ambíguo em termos conceituais, porém, em realidade, ambos conceitos abarcam todas as dimensões: a política, a cultural e a socioeconômica. Segundo afirma Michael Keating, “Hablar de nacionalismo económico, de nacionalismo político y de nacionalismo cultural atestigua una visión simplista. El sentido mismo del nacionalismo reside en la integración de todos estos ámbitos” (1997:17) Em

consequência, todo movimento nacionalista pode incluir discursivamente elementos dos dois tipos, e constituir uma doutrina que recorre aos valores de um e de outro.

Cabe assinalar que as oposições binárias podem ou bem dissolver-se através da desconstrução de seus termos, como no *pós-estruturalismo* de Jacques Derrida (1993), ou como duas caras diversas e adversas de uma mesma realidade, como é o caso do *pensamento complexo* de Edgar Morin (1995).

Em lugar do paradigma que sustenta oposições binárias (estruturalistas) definidas pelo que excluem ou negam, isto é, pelo ponto de vista contrário, neste estudo, propõe-se um paradigma baseado na complementaridade das oposições, na integração de pensamentos diversos e adversos, na superação das contradições, sem negá-las. Segue-se, portanto, o paradigma defendido por Morin, segundo o qual, não se pode falar, por exemplo, de *globalização*, sem falar de *regionalização*, já que estes fenômenos se reforçam (1995:136-138). Neste sentido, se busca afirmar que cultura e política se complementam e se reforçam na “construção” da nação e do nacionalismo catalão. A contraposição entre nação cultural e nação política, se estas expressões são interpretadas em seu sentido literal, supõe separar e outorgar caráter antagônico a dois aspectos configuradores do discurso nacionalista sobre a nação, que são irremediavelmente essenciais e complementários. Portanto, cultura e política coexistem na nação, sem afetar sua consistência lógica. Segundo Smith, as tipologias

“[...] nos pueden sensibilizar frente a importantes diferencias entre naciones y nacionalismos, pero el problema es que muchos nacionalismos cambian de ‘carácter’ a lo largo del tiempo y suelen compartir elementos de ambos tipos, de modo que las distinciones analíticas originales pierden mucho de su valor práctico” (2000:37-38).

Desde a perspectiva prática, John Hutchinson interpreta que as formas culturais e políticas no nacionalismo se sucedem, com frequência, umas às outras. Desta forma, segundo o teórico, quando um nacionalismo político tropeça em seus objetivos, um nacionalismo cultural pode ocupar o vazio, construindo os recursos culturais coletivos da comunidade; quando a força deste nacionalismo declina, emerge um novo movimento nacionalista de caráter marcadamente político. Por último, Hutchinson

assegura que “[...] el nacionalismo no se puede limitar al terreno político ni a ningún otro” (HUTCHINSON apud SMITH, 2000:97).

Como se há tratado de argumentar, a dicotomia, além de originar modelos ideais herméticos e antagônicos, é pouco adequada para explicar a complexidade das nações e dos nacionalismos. Por exemplo, uma questão de fundamental importância gira em torno a atribuição de juízos normativos, que transpassa o simples instrumento analítico proposto pela dicotomia entre os tipos ideais de nação e de nacionalismo. Aqui reside a evidencia de que a dicotomia, além de haver se tornado tradição na história intelectual, como já afirmara Schnapper, é de caráter marcadamente ideológico, e pode levar ao engano, à manipulação, ao preconceito e à exclusão.

Não se pode esquecer que desde fins da Segunda Guerra Mundial se vive um *revival* desta dicotomia originada no século XVIII. A teoria de Hans Kohn, por exemplo, elaborada à sombra do nazismo (de um nacionalismo exacerbado) e da Segunda Guerra Mundial, foi formulada para explicar as diferenças entre os nacionalismos na Europa. Contudo, a tipologia elaborada por Kohn acabou por diferenciar as formas “benignas” de nacionalismo (no oeste europeu) das variedades mais “virulentas” (do leste). A partir do contexto da Guerra Fria (1947-1991), da “guerra fria das imagens” como denominou Eric Hobsbawn (1995), a tipologia dual de caráter normativo passou a influenciar as gerações posteriores de historiadores, sociólogos e de cientistas políticos em suas interpretações sobre o nacionalismo e as nações. Desta forma, para alguns críticos, o nacionalismo cívico é portador de modernidade e é compatível com o liberalismo; enquanto que o nacionalismo cultural é perigoso e excluído de qualquer possibilidade de intercâmbio civilizado com as ideologias políticas hegemônicas. No entanto, assegura Anthony Smith que

“No se puede pretender, [...], que las formas cívicas y políticas del nacionalismo sean necesariamente más abiertas y tolerantes que las formas etnoculturales. A despecho de su retórica fraternal, el nacionalismo cívico y político es capaz de imponer una uniformidad tan draconiana y exclusivista como la de los nacionalismos que branden criterios genealógicos de adscripción. [...]. La aceptación social y cultural de los foráneos es tan difícil de encontrar en Francia como Alemania, y la xenofobia y la demagogia de extrema derecha son tan entendidas al oeste del Rhin y del Roine como al leste” (2000:38).

Cabe destacar também que a dicotomia entre nações e nacionalismos culturais e políticos define de forma inadequada as nações integradas no estado nacional como nações culturais, e a expressão soberana do estado como nação política. Esta é uma oposição de caráter marcadamente ideológico, e historicamente imprecisa. Em termos históricos, todas as nações e os nacionalismos possuem um componente étnico relativamente variado e acentuado (SMITH, 2004:98).

Por fim, se pode afirmar que a dicotomia entre nações e nacionalismos culturais e políticos só tem sentido desde o ponto de vista ideológico, que opõe duas concepções de nação e de nacionalismo, quando, em realidade, na atualidade se deveria buscar sua complementaridade. Em outras palavras, se faz necessária uma reflexão sobre os conceitos de nação, estado-nação e de nacionalismo que leve em consideração as necessidades do tempo presente, partindo do fato de que a diversidade cultural, étnica e lingüística, existente na maioria e no interior do que se convencionou chamar estados-nação, é uma realidade irrenunciável.

Ao longo deste estudo se há fixado como questão central a crítica ao paradigma que define que não há compatibilidade entre nacionalismo cultural e nacionalismo político, senão que há uma dicotomia irreduzível entre eles. Entretanto, segundo o que foi exposto anteriormente, se pode afirmar que no caso da Catalunha, seu nacionalismo é tanto cultural como político, pois o apelo a uma pretendida realidade objetiva e precedente – a nação cultural – como seu fundamento e seu conteúdo efetivo – não é incompatível com o caráter voluntarista e projetivo de seu nacionalismo político, com a vontade política de alcançar uma maior autonomia para Catalunha.

O que a trajetória histórica do discurso nacionalista catalão evidencia com suficiente clareza é que há sido um “artifício político”, isto é, a forma em que foi configurado o Estado espanhol, que há impulsionado o nacionalismo catalão, ao gerar em seu interior um suposto estado-nação de dimensões amplas e homogêneo culturalmente, apesar da evidente existência de uma pluralidade nacional, cultural e lingüística em seu seio.

Foi o estado centralista e uniformizador, articulado a partir do século XVIII, herdeiro do absolutismo monárquico e do conceito jacobino de nação que converteu o castelhano em língua comum de todos os cidadãos de Espanha. Esta realidade se pode evidenciar no Estado francês após a derrota de 1870 e a partir da Revolução Francesa, mas também é constatada na unificação alemã e italiana; unificações seguidas de uniformização

cultural e lingüística dos cidadãos dos novos estados recém formados. Em realidade, tanto o nacionalismo de estado como o nacionalismo reivindicativo das nações sem estado articulam no interior de seu discurso sobre a nação tanto os aspectos objetivos como os subjetivos.

A nação cultural de que fala o discurso nacionalista, e que tem por fim a formação de uma nação culturalmente homogênea e netamente diferenciada em seu exterior, serve ao nacionalismo de fundamento para suas reivindicações políticas. É resultado, portanto, de um decidido intervencionismo político, pois a unidade política propicia a unidade cultural a razão de suas próprias necessidades políticas. Portanto, o nacionalismo não leva a cabo esse “enclausuramento” cultural que parece propugnar os termos de sua retórica.

De fato, o nacionalismo não renuncia a nenhuma importação cultural, a nenhum fator de modernização. A cultura que o nacionalismo catalão promove é a classe de cultura que convém à consolidação da identidade cultural. É, neste sentido, que a nação de que fala o nacionalismo catalão possui discursivamente uma gênese, tanto cultural como política. Cultural no sentido de que etimologicamente o conceito de nação cultural surge antes do conceito político, como sinal de identidade diferenciada. Culturalmente, também, porque é a partir de uma consciência de unidade cultural que se pode promover um movimento político de amplas dimensões. Política, porque todo nacionalismo reivindicativo, como é o caso do nacionalismo catalão, tem por objetivo alcançar maiores graus de autonomia política. É desta forma que se entende a afirmação do poeta Joaquim Rubió i Ors de que Catalunha, em 1841, se não podia aspirar a sua independência política, podia aspirar legitimamente a sua independência cultural. É a cultura diferenciada, a língua, os costumes, os valores diferenciados, o passado em comum que fundamentam as reivindicações políticas do nacionalismo catalão, pois, não existe possibilidade de unidade política sem o reconhecimento e a consciência de uma unidade cultural (e social); os dois aspectos estão intimamente relacionados. É a partir desta premissa que o nacionalismo catalão, tanto progressista como conservador, se configura durante a segunda metade do século XIX, em uma doutrina política e cultural que procura afirmar a identidade diferenciada de Catalunha, diferenciada do resto da Espanha, e que, igualmente, busca o reconhecimento de sua autonomia política dentro do estado espanhol, pretendendo modernizá-lo e (re)fundá-lo sobre bases democráticas.

Desde os ilustrados catalães do século XVIII até os catalanistas dos primeiros anos do século XXI o que se busca não é somente o reconhecimento e a conservação da identidade lingüístico-cultural da Catalunha, senão também o reconhecimento de seu importante papel na construção da Espanha.

O que o nacionalismo hegemônico da burguesia industrial e financeira catalã propõe como programa político-cultural é uma Espanha estruturalmente moderna, industrializada, daí que pretendeu servir de modelo; mas também uma Espanha plural, no sentido de defender e promover todas as línguas e culturas formadoras como uma riqueza irrenunciável. O que há proposto o nacionalismo catalão, como fator de modernização, é que o Estado espanhol aceite tal como é sua esplendida diversidade interna, ampliando seus horizontes.

Desde meu ponto de vista e em benefício de corrigir desvios que põe de relevo o posicionamento de um pólo ou outro, isto é, entre a cultura e a política, propus o encontro e a articulação entre dois aspectos constitutivos da construção discursiva das nações pelo nacionalismo: a lógica política e a cultural.

REFERÊNCIAS

- BERECIARTU, G.J. *Contra el Estado-nación. En torno al hecho y la cuestión nacional*. Madrid: Siglo XIX, 1986.
- BOUCHARD, G. *La nació quebequesa: futur i passat*. Catarroja: Editorial Afers/ Universitat de València, 2003.
- BRUBAKER, R. *Nationalism reframed: nationhood and the national question in the New Europe*. Cambridge: University Press, 1996.
- CASASSAS, J., TERMES, J. *El nacionalisme com a ideologia*. Barcelona: Proa, 1995.
- SCHNAPPER, D. *La comunidad de los ciudadanos. Acerca de la idea moderna de nación*. Versión de Mar Guerrero y Jorge Vigil. Madrid: Alianza Editorial, 2001.
- COLLER, X. *Estudios de casos*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000.
- COLOMER, J. M. *Espanyolisme i catalanisme. La idea de nació en el pensament polític català (1939-1979)*. Barcelona: L'Avenç, 1984.
- CONVERSI, D. *Els bascos, els catalans i Espanya entre la modernitat i la violència*. Edició i introducció de Frederic Barberà. Lleida: Pagès, 2004.
- DE BLAS GUERRERO, A. *Enciclopedia del nacionalismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

- DERRIDA, J. *La desconstrucción de las fronteras de la filosofía*. Traducción de Patricio Peñalver Gómez. 2 ed. Barcelona: Paidós, 1993.
- HOBBSAWM, E. J. *Historia del siglo XX (1914-1991)*. Barcelona: Crítica, 1995.
- KEATING, M. *Les défis du nationalisme moderne. Québec, Catalogne, Écosse*. Montreal: Les presses de l'Université de Montreal/Bruxelles Presses Interuniversitaires Européennes, 1997.
- KOHN, H. *The idea of nationalism: a study in its origins and background*. New York: McMillan, 1944.
- McROBERTS, K. *Catalunya: una nació sense estat*. Traducció de Maria Lluïsa Parès i Alfred Schrem. Barcelona: Proa, 2002.
- MORIN, E. *Introducción al pensamiento complejo*. Edición a cargo de Marcelo Pakman. Barcelona: Gedisa, 1995.
- O'SULLIVAN, T. et al. *Conceptos clave en comunicación y estudios culturales*. Buenos Aires: Amorrurtu, 1997.
- PUJOL, J. *Construir Catalunya. Entre l'acció i l'esperança 2*. Barcelona: Pòrtic, 1979.
- SMITH, A. D. *La nació en la Historia*. Traducció de Gustau Muñoz. Catarroja: Universitat de València/Editorial Afers, 2000.
- _____. *Nacionalismo: teoría, ideología, historia*. Traducción de Olaf Bernárdez Cabello. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
- STAKE, R.E. *Investigación con estudios de caso*. Madrid: Morata, 1998.
- VILAR, P., AZURMENDI, J. *El hecho catalán. El hecho portugués*. Colección Sediciones, n. 12. Guipúzcoa: Gráficas Lizarra, 1999.
- WEBER, M. "La 'objetividad' cognitiva de la ciencia social y de la política social" [1904]. En *Sobre la teoría de las ciencias sociales*. 2 ed. Traducción de Michael Faber-Kaiser. Barcelona: Península, 1974.
- YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.